

MOREIRA, J. Roberto. Educação rural e educação de base. R. bras. Est. pedag., Rio de Janeiro, 28 (67): 87-129, jul./set. 1957.

Trata-se de artigo de autoria do educador brasileiro J. Roberto Moreira, publicado em 1957 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Nele, o autor analisa as funções da educação rural no Brasil e oferece importantes subsídios teórico-práticos para entendimento e operacionalização desta modalidade educacional. São focalizados os dois aspectos da educação rural levada a efeito no País - a educação primária e a de adultos.

O trabalho constitui um relevante estudo sobre o tema. Traz, ainda hoje, aos educadores e administradores educacionais, valiosos elementos, não só no que se refere à compreensão da trajetória da educação destinada às populações rurais, como também à percepção dos problemas que, em grande parte, continuam a afetar estas populações.

O autor aponta em primeiro lugar os fatores econômico-sociais que afetam a educação rural.

Numa visão histórica, mostra que o processo de desenvolvimento desencadeado a partir da abolição da escravatura e da proclamação da República trouxe substanciais alterações em todos os setores da sociedade nacional. Os principais aspectos mencionados são as modificações iniciais em relação à economia, de maneira geral, e, em especial, à agricultura; a urbanização e a industrialização então alcançadas; as perspectivas de transformação do país em uma grande nação industrial no futuro próximo.

Mas a tendência mundial indica que nações exclusivamente industriais não terão lugar na vida contemporânea. Assim, o Brasil, do mesmo modo, terá que voltar-se tanto para a indústria, quanto para a agricultura. Em consequência, uma nova mentalidade agrária que leve em conta o planejamento adequado do setor agrícola em todas as suas dimensões-econômica, cultural e humana - torna-se necessária.

Segundo o autor, a educação rural, tal como se processa, carece de organização e orientação adequadas e leva à negação dos princípios de-

mocráticos, à desigualdade de oportunidades educacionais. Sobre esta constatação, são ressaltados aspectos como:

- o tipo de escola urbana mais comum, em suas condições mínimas, é transplantado para a zona rural;
- falta estrutura funcionalmente capaz às escolas rurais;
- os recursos financeiros que lhes são destinados constituem-se inadequados;
- falta ao corpo docente formação e treinamento apropriados; e
- o currículo é formalizado e divorciado da realidade da vida rural.

Outro deve ser o tratamento dado à educação rural; outras, também, são suas finalidades e características. Assim, "a educação das crianças e dos jovens das áreas rurais é fundamental para que possamos chegar, como povo integrado numa sociedade nacional, à compreensão da estrutura e dos aspectos operacionais da economia nacional e do lugar que a agricultura, a pecuária e a produção extrativa aí devem ocupar". Cabe-lhe, portanto, "desenvolver na população do interior a noção mais exata e operacional possível dos caminhos a serem palmilhados pela evolução econômica, política e social das áreas rurais dentro do contexto de relações de toda a nossa sociedade, de modo a que possa participar inteligentemente para o nível devida dessa sociedade, o que significará o próprio progresso e desenvolvimento do rurícola".

Entretanto, a resolução das grandes dificuldades com que se defronta o setor agrícola não poderá ser função exclusiva da escola. Depende de programas e soluções relativos a outras áreas, aos quais a educação se relaciona apenas indiretamente.

As condições de planejamento educacional para as áreas rurais constituem o objeto central de análise da segunda parte do artigo.

Aqui, o autor salienta a importância e a necessidade de se considerar as características próprias de cada comunidade e defende uma política educacional descentralizada. Este posicionamento, embora enfatize o atendimento às particularidades locais, não exclui, todavia, os aspectos relativos à mútua dependência das comunidades e à exigência de manu-

tenção da unidade nacional. Implica, assim, "um duplo ponto de vista. que deve ser harmônico" e, ainda, "um plano nacional que permita especificações locais e execução local específica".

Tais colocações são fundamentadas, ao longo desta parte, através do estudo da educação do ponto de vista ecológico.

Refere-se, em primeiro lugar, ao conceito de ecologia. Após analisar o sentido do termo em sua concepção original, transporta-o para o campo das relações humanas e, esclarecendo sua abrangência, indica porque convém estudar a comunidade segundo esta perspectiva. O ponto de vista ecológico é visto, assim, como "o estudo das formas de ocupação da terra pelo homem, determinadas pelas condições naturais da própria terra".

Em seguida, focaliza a importância dos estudos locais ou de áreas reduzidas e definidas de ocupação humana, bem como os elementos e os procedimentos que esses estudos precisam observar. Nesse sentido, diz o autor: "compreender uma área de ocupação humana é procurar sobretudo conhecer as razões e os imperativos que levam à compreensão dos aspectos dinâmicos ou funcionais das relações espaciais e das mudanças temporais nessa área, considerados os diversos campos geográfico-sociais do Brasil". E continuando: "o que devemos ter em vista é uma construção topológica em que, passando de regiões menos amplas a outras que as abrangem, pela consideração das barreiras físicas e sociais, possamos compreender a comunidade local dentro da constelação de que faz parte, e esta dentro do Brasil".

Em decorrência das enormes diferenças existentes no país, que se verificam de região para região e dentro destas, o **município** "é de suma importância como objeto de estudos na elaboração de qualquer política, quer de âmbito local, quer de âmbito regional". Constitui a unidade por excelência.

À educação cabe considerar as peculiaridades locais e organizar-se de forma a atendê-las. Importa, pois, rejeitar o centralismo rígido (uniformidade escolar, identidade de currículos, etc.); importa efetuar o estudo da comunidade do ponto de vista ecológico — ao mesmo tempo que social e econômico — para se chegar ao conhecimento de suas características próprias, passando daí à compreensão das relações desta

comunidade com as outras da mesma região e das regiões entre si, entendendo-as, finalmente, no meio nacional.

A terceira parte detém-se no exame da questão relativa à educação elementar, com especial destaque à educação de adultos.

Ao focalizar os caminhos percorridos pela educação popular no Brasil, faz referência a momentos distintos de sua evolução, nos quais observava-se o distanciamento da escola em relação às necessidades e à realidade do município, da localidade. A uniformidade e a imitação generalizada de alguns estados por outros em matéria educacional constituíam as principais características do período anterior a 1930. O movimento da Educação Nova, iniciado a seguir, pretendeu uma renovação que não se coadunava com a realidade brasileira, mas trouxe no seu bojo um novo interesse pelas questões pedagógicas e propiciou bases mais objetivas para os propósitos educacionais. Começou aí a preocupação pela educação rural. Mesmo assim, a escola ainda não logrou encontrar-se perfeitamente adaptada às condições do meio.

Seguem-se, então, comentários sobre as realizações na área educacional levadas a efeito à época da publicação do artigo, quando uma visão mais realista começa a se formar e as preocupações passam a concentrar-se mais na educação elementar, de forma extensiva e intensiva.

Os parágrafos seguintes versam basicamente a respeito da educação de adultos.

Mostra o autor que a alfabetização não deixa de ser importante "porque ler é o instrumento primordial de toda educação", mas a função da educação de adultos vai muito além do simples ensino elementar da leitura e da escrita. Consiste em fazer com que o adulto aprenda a utilizar esta nova capacidade adquirida — ler e escrever — como instrumento de trabalho. É, conforme os princípios contidos no relatório da UNESCO (1946) para a Educação de Base, difundir os "conhecimentos elementares e os meios de adquiri-los" e atender "à maior quantidade possível de indivíduos, sem nenhuma limitação, diferença, nem discriminação". Ainda citando trecho do mesmo relatório: "o conteúdo da Educação de Base não deve ser apenas formal, deve ser também real, deve ter por objeto o melhoramento da vida do povo, a ação sobre o meio natural e social_____"

São ressaltadas também as cinco funções propostas por Lyman Bryson (1936) para a educação de adultos: a emendativa — que se destina a dar o equipamento cultural mínimo e necessário à vida da comunidade nacional; a profissional; a familiar; a liberal — pela difusão da arte e da ciência; e a política — que busca educar para a democracia.

Como conclusão, alerta para a grande massa de adultos analfabetos existentes no país e para a necessidade de ser realizada obra de profundidade na educação de adultos e na educação elementar de modo geral, razão pela qual faz-se necessário estudar as questões educacionais brasileiras dum ponto de vista ecológico, social e econômico.

Na IV parte, o autor expõe e analisa algumas condições geo-econômico-sociais da escola rural brasileira e da educação de adultos. Desenvolve, a partir daí, um conjunto de proposições, tendo em vista a adaptação da escola às condições comunais.

Inicialmente, resalta que uma política educacional não resulta tão somente das condições locais. Mais do que isto, a educação orienta-se no sentido de promover o desenvolvimento, o progresso do meio a que serve. Precisa, contudo, considerar as aspirações, os costumes e os hábitos locais; o progresso só pode ser feito "a partir do estado atual desta comunidade, sem nenhum salto, sem pretender efetuar revoluções radicais, sem, afinal, desadaptar a comunidade do seu 'habitat'".

Passa, então, a examinar os aspectos que importam conhecer para concretizar essa adaptação.

A apresentação de algumas características topológicas de municípios brasileiros, com o fim de observar como se diferenciam quanto à sua organização dinâmica, é o primeiro foco de atenção. Para tanto, toma como exemplos alguns municípios situados em diferentes regiões do Brasil, onde predominam grande extensão territorial, escassa população e isolamento geográfico, e a agricultura, a pecuária e a produção extrativa constituem as atividades básicas.

Analisa as condições ecológicas, sociais e econômicas de cada um deles e as semelhanças e diferenças existentes entre os municípios e as regiões. Salienta que, apesar das semelhanças apontadas, os municípios continuam a possuir condições ecológicas próprias.

Vários pontos levantados pelo autor são, a seguir, apresentados em seus aspectos mais gerais.

O primeiro diz respeito à permeabilidade das fronteiras dos municípios estudados com as regiões limítrofes. Essa permeabilidade torna-se difícil devido a limitações de natureza físico-geográficas: distância, falta de transportes, dificuldades de contatos com os centros culturais ou econômicos.

As barreiras entre as classes sociais também existem e ocorrem em alto grau de intensidade nos municípios da Amazônia. Nos demais, particularmente no alto sertão, observa-se permeabilidade dos limites dos agrupamentos dentro das classes, como também entre duas classes inferiores; não há, entretanto, mobilidade vertical entre a classe dos grandes proprietários e as outras.

A natureza da estratificação social assume particular importância para a área educacional, pois "ela pode favorecer ou dificultar a melhoria de padrão cultural (tecnológico) e econômico (produtivo)". Devido a barreiras intransponíveis entre as classes sociais, "os processos educativos intencionais (escolares) tornam-se privilégio das classes superiores e, por isso mesmo, estão fora do campo de interesses imediatos das classes inferiores". Por outro lado, a permeabilidade, os contatos entre as diferentes classes "tendem a despertar novos interesses e aspirações por parte das classes inferiores que, assim, se predispõem à educação escolar, à procura de melhores padrões de trabalho e de produtividade mais eficiente".

Verifica-se também, na maioria dos municípios, um contingente de analfabetismo excessivo, com pequenas variações percentuais. No máximo, em alguns casos, pode-se encontrar a escola isolada, cuja função não passa da simples alfabetização.

Outra questão abordada, já aí extrapolando os municípios sob estudo, é o enorme contingente de crianças em idade escolar, em todo o país, sem nenhum tipo de atendimento educacional, especialmente nas zonas rurais.

Dadas as condições precárias dessas áreas, instalar classes ou escolas pri-

márias do tipo comum ou de ensino supletivo, além de difícil não iria resolver o problema educacional.

Procedida a análise e feitas as devidas observações, busca sugerir alternativas para o encaminhamento das ações educacionais pertinentes às áreas rurais, tais como: escolas ambulantes; missões culturais — estas destinadas mais à educação de adultos; e internatos rurais ou colônias escolares. As possibilidades quanto à exequibilidade destas alternativas são examinadas de forma detalhada.

Partindo do estudo de R. Lynn Smith (1944) sobre localidades rurais brasileiras, aborda outros importantes aspectos relativos à educação rural, tanto a primária como a de adultos, ampliando as proposições iniciais. Focaliza, também, os municípios praiheiros, em que a pesca constitui a atividade econômica predominante, e as colônias estrangeiras do sul do país.

Em relação aos municípios praiheiros e aos de zona rural comum, destacam-se duas relevantes conclusões. A primeira refere-se ao fato de que estes municípios, diferentemente daqueles já analisados, constituem povoações caracterizadas pela proximidade geográfica e por contatos mais fáceis e freqüentes. Em face disto, "o problema não é tanto de estabelecer a escola, mas de torná-la funcional, isto é, em relação dinâmica com o meio". A segunda conclusão relaciona-se de forma intrínseca à primeira. Propõe uma educação voltada para o trabalho, o qual "não pode ser estranho ao meio; deve ser sugerido por este, ter relação com ele e encaminhado em seu benefício".

Quanto as colônias estrangeiras, a ênfase concentra-se no atendimento às diferentes formas de organização dos municípios: exclusivamente agrários; exclusivamente industriais; e, agrários e industriais ao mesmo tempo. Outros aspectos submetidos a exame são o problema da nacionalização do ensino e da educação supletiva. Esta assume outras funções, considerando-se as características próprias dessas populações e o analfabetismo rarefeito.

Por último, reafirma ser necessário à educação passar às realizações de profundidade, baseadas sobretudo na experimentação e processadas de forma gradativa e segura.

As duas partes finais do artigo focalizam a escola primária rural, visando, principalmente, examinar as condições a que ela deve atender.

Uma delas chama a atenção para a grande tarefa educacional brasileira de "instituir a escola rural, capaz de realizar seus objetivos próprios". Quatro áreas principais de medidas e planejamento merecem atenção nesse sentido: a) o currículo adequado; b) o material didático ou meios materiais da atividade docente; c) relações da escola com as comunidades rurais; e, d) preparação e treinamento dos professores.

Quanto ao currículo, afirma o autor "que se trata menos de elaborar um novo currículo que de orientar e reajustar o currículo comum da escola primária no sentido da vida rural". Procura esclarecer esta afirmação exemplificando algumas situações em que se verificam os aspectos particulares e convergentes da educação urbana e rural. Apresenta, a título de sugestão, uma série de unidades globais de ensino para desenvolvimento nas escolas primárias rurais.

Na questão referente ao material didático para as áreas rurais, o ambiente natural constitui o meio de ensino por excelência, tornando-se necessário apenas completá-lo com material impresso e com os materiais comuns essenciais às atividades de classe. Duas considerações básicas relativas ao material impresso são feitas: a) deve ser relacionado com a motivação criada pelo ambiente, e b) é preciso fazer sua regionalização adequada, mediante a pesquisa e o estudo, em vista das enormes diferenças regionais e locais.

A área "relações da escola com as comunidades rurais" apresenta-se também de extrema importância para que as amplas funções atribuídas à escola rural possam ser exercidas. Transformá-la em um centro da comunidade rural constitui o melhor meio para efetivar estas relações. Enumera, ainda, as condições favoráveis existentes para que isto ocorra e os papéis a serem desempenhados pela escola.

Finalmente, assinala que "a forma de educação que prevemos como única para o interior brasileiro depende principalmente, em última análise, do professor". Por isso, cuidar de proporcionar uma formação adequada ao professor assume caráter imprescindível. A partir da análise das funções do professor, aponta os elementos que devem constar dos progra-

mas destinados à sua formação e treinamento. Em linhas gerais, estes devem levar à compreensão da vida rural, ter caráter mais prático que acadêmico e orientar-se sobretudo para a especialização funcional. Podem incluir, também, conhecimentos de princípios e procedimentos gerais de campos especializados como a agronomia, a medicina, a economia, etc, "a fim de orientar os alunos e as famílias respectivas na procura de meios e recursos para resolver problemas que dependam de qualquer dessas especialidades profissionais".

A última parte tem como principal objetivo oferecer sugestões para a organização da escola rural.

Podem ser encontrados no Brasil dois tipos de escolas rurais: as isoladas — de classe única — e as reunidas — constituídas de duas a quatro classes. As sugestões propostas incidem, de forma separada, sobre ambos os tipos.

Nas escolas de classe única, a característica principal é a heterogeneidade da turma, cujos alunos apresentam idades e níveis diversos. A atividade educacional consistirá, nesse caso, em organizar o trabalho dos alunos em grupos flexíveis. O desenvolvimento de projetos originados dos

interesses infantis, independentemente de séries e/ou idades, seria uma forma de organização destas classes; outra, formar diferentes grupos de trabalho, de acordo com interesses também diferenciados.

As escolas reunidas permitem melhor homogeneidade na distribuição dos alunos nas classes. Assim sendo, "o critério de quantidade de crianças e de seu relativo grau de escolaridade podem presidir essa distribuição, que tanto atenderá melhor as possibilidades de trabalho cooperativo e aos interesses dos alunos, quanto à mais adequada centralização do trabalho do professor".

Ao final, ressalta as enormes diferenças etárias entre o contingente de alunos das escolas rurais. Sugere, a partir desta constatação, que a organização escolar, com vistas à ordenação das matrículas, utilize o critério de idade para a permanência dos alunos na escola e indica as idades de 8 e 13 anos para, respectivamente, estes alunos iniciarem e finalizarem a escolarização primária. Quem ingressar com idade superior a 8 anos, permanecerá na escola apenas até completar a idade máxima prevista. Desta forma, "a obrigação da escola seria a de propiciar aos alunos de diferentes idades o máximo de educação que as possibilidades de cada um permitissem". O restante seria conseguido por meio "de cursos de ensino supletivo e de outras agências de educação rural".